

A virtude da indignação

La virtù dell'indignazione

The virtue of indignation

Ernesto Venturini

Resumo:

Neste texto, o autor modifica o tradicional esquema de avaliação da reforma psiquiátrica: o foco da atenção não é tanto o mérito da desinstitucionalização, mas o demérito da institucionalização. A desinstitucionalização é colocada como advinda da indignação suscitada a partir do reconhecimento da injusta opressão do paciente psiquiátrico e da mistificação do conceito de cura. Na experiência basagliana, este sentimento ético advém do empenho, da prática coerente, e se traduz em um concreto processo de mudança. Em outros contextos, muitas vezes a indignação é superficial, manipulada pela mídia, como estéril sentimento de falsa consciência. Examina-se a atualidade das práticas psiquiátricas à luz destes diferentes modos de entendimento da indignação.

Palavras-chave: reforma psiquiátrica italiana; Basaglia; desinstitucionalização; ética da responsabilidade profissional.

Abstract:

In questo saggio, l'autore rovescia il tradizionale schema di valutazione della riforma psichiatrica: il focus dell'attenzione va rivolto non tanto al merito della deistituzionalizzazione, quanto al demerito della istituzionalizzazione. La deistituzionalizzazione nasce infatti dall'indignazione suscitata dall'ingiusta

opressione del paziente psichiatrico e dalla mistificazione del concetto di cura. Nell'esperienza basagliana questo sentimento etico diviene impegno, pratica coerente; si traduce in un concreto processo di cambiamento. In altri contesti invece l'indignazione è superficiale, manipolata dai mass media, sterile sentimento di falsa coscienza. Si esamina l'attualità delle pratiche psichiatriche alla luce di questi due differenti modi di intendere l'indignazione.

Key-words: riforma psichiatrica italiana; Basaglia; deistituzionalizzazione; etica della responsabilità professionale.

Abstract:

The author reverse the traditional way of professional values: the care must be concentrated not on the worth of deinstitutionalization, but on the fault of institutionalization. The Author investigate the psychological and sociological reasons that dim the critical conscience in front of the marginalization and the right's violation. The moral indignation is a tool to prime and sustain the way toward therapy and freedom.

Key-words: psychiatric reform in Italy, Basaglia; deinstitutionalization; professional ethics of responsibility.

"A indignação é consumida tão rapidamente que deveria ser poupada e reservada somente para as injustiças de fundo"

Saul Bellow

Por ocasião do aniversário da lei de reforma psiquiátrica italiana – a "lei Basaglia" de 1978 –, experimento um sentimento de orgulho e de satisfação,

pois – me digo – eu também fui protagonista da desinstitucionalização, este extraordinário processo de transformação na Itália.

Mas, em seguida, reflito e me interrogo: por qual motivo me devo sentir orgulhoso? No fundo, fiz simplesmente o meu dever. O que então eu poderia ter feito? Poderia talvez fazer-me cúmplice de uma tão nítida injustiça? Poderia talvez fugir das minhas responsabilidades e trair as minhas convicções de cidadão e de médico? Poderia ter fugido às demandas dos pacientes, colocando-me do lado do poder, desfrutando do sofrimento, justificando a impotência e a inércia das instituições?

Com certeza, não! Não poderia ter feito diferente do que fiz e não posso atribuir-me méritos especiais, nem considerar-me particularmente corajoso. Eu era remunerado para cuidar dos pacientes e não há mérito particular em executar o próprio dever. Sem considerar que cheguei a cargos de responsabilidade e de prestígio justamente por assumir esta postura de compromisso.

Não gostaria de ser mal entendido: não quero de nenhum modo diminuir o empenho, a fadiga, a tenacidade, o sofrimento de todos aqueles que lutaram para que acabasse para sempre a vergonha do manicômio. Mas, como dizia Basaglia, “a destruição do manicômio foi um fato urgentemente necessário, se não simplesmente óbvio!”.

Esta premissa serve para compreender que a verdadeira questão sobre a qual devemos refletir não diz respeito à desinstitucionalização, mas sim àquilo que a antecedeu, àquilo que a fez necessária. A exata questão é: como é possível que os médicos, os enfermeiros, os familiares, a comunidade inteira fossem assim completamente cegos em relação ao que acontecia dentro dos manicômios? Como é possível que um análogo processo atue ainda hoje em relação a pessoas com baixo poder social, em relação aos doentes mentais, aos tóxico-dependentes, aos deficientes físicos, aos anciões institucionalizados, aos sem-teto, aos imigrados? Como foi possível naquele tempo, e como é possível hoje, que o poder da psiquiatria seja tão

potente, a ponto de adormecer as consciências, de criar um domínio assim tão forte, não obstante sua falência? Para melhor compreender este domínio, vale a pena recorrer ao texto de Michel Foucault sobre a loucura do rei George. Ele mostra, de maneira admirável, a “cena mãe” do nascimento da psiquiatria, ou seja, do nascimento de um novo poder – o poder da disciplina – que substitui aquele tradicional – o poder do soberano. A microfísica do poder disciplinar é mais poderosa que a microfísica da soberania, porque é totalizante e ainda se constitui como um poder anônimo, sem nome, sem vulto, um poder discreto, repartido, que funciona por meio de uma rede de relações, e que se torna visível mediante a obediência e a submissão daqueles sobre os quais se exerce.

Quando Franco Basaglia chega a Gorizia, se confronta com este poder como o menino da célebre fábula dos Irmãos Grimm: denuncia que “o rei está nu”, retrata a psiquiatria mostrando qual é o seu verdadeiro vulto, o vulto do manicômio. Eu – disse sucintamente Basaglia – fui profissionalmente educado para curar, mas neste lugar não é possível a cura: o que eu deveria fazer na prática está em evidente contraste com o que formalmente me pedem para fazer. Basaglia denuncia a distância infranqueável entre a teoria cheia de nobres intenções – a fenomenologia, o existencialismo, a psicanálise – e uma realidade feita de violência, de injustiça, de negação dos mais elementares direitos. Deste trauma nasce a indignação que não se auto-celebra nem se converte em retórica: a indignação de Basaglia se torna projeto de transformação, entra nas contradições do real, age no quotidiano, muda as relações de força. Ele e todos nós que o seguimos fomos favorecidos por um clima político particular: aquela época, que foi definida como época das ideologias, era, ao contrário, uma época irrepetível de grande compromisso social, na qual a esperança estava presente. Acreditávamos no valor do nosso compromisso: um novo mundo não só era possível como parecia próximo, ao nosso alcance. Dizia-se com orgulho “eu me responsabilizo”¹ e sentíamos-nos parte integrante de um

grande projeto. Tanto era verdadeiro que, por fim, fomos premiados: demonstramos que o impossível era possível.

Faço estas considerações sobre o passado para tentar entender o que acontece no presente, em um contexto social e político diverso e problemático. Se reflito sobre o comportamento das pessoas diante dos grandes temas do mundo contemporâneo – a guerra, a pobreza, a degradação ambiental –, se considero o comportamento dos meus colegas no âmbito profissional – na saúde, na psiquiatria –, fico chocado com a indiferença diante aos compromissos sociais. Fico impressionado com a facilidade com que se defendem atrás de uma fachada técnica ou de uma assunção acrítica de um papel profissional que, independentemente de qual seja a intenção, mantém o controle de novas formas de mal-estar social. Há um romance que metaforicamente levanta esta problemática: “Ensaio sobre a cegueira”, de José Saramago. No livro, a perda da visão em uma população refere-se à perda do bom senso e mostra as trágicas conseqüências deste evento: a repressão, o abuso, a indiferença. Somente quem percebe o que quotidianamente acontece ao seu redor – parece dizer Saramago – pode perceber o que quotidianamente não consegue ver.

A nossa cegueira pode ser conseqüência de uma perversão dos meios de comunicação, e tantas vezes é fruto de uma corrupção por parte do poder. De todo modo, a indignação de quem é inconscientemente cego é débil, ou melhor, reduzida a um momentâneo epidêmico incômodo, um incômodo aparente. No bombardeamento midiático de notícias clamorosas, típico da globalização, se cria uma espécie de hábito ao escândalo, à injustiça, à violência. A notícia sensacional faz espetáculo, a denúncia de um abuso, de uma injustiça, vem quase sempre delegada à sátira, às transmissões de divertimento, aos cômicos: colocada no mesmo plano de uma “informação-lixo”, a denúncia acaba por ser manipulada e dilui-se a sua carga aversiva.

A injustiça se manifesta de maneira tão difundida e arrogante, que a possibilidade de corrigi-la parece quase impossível. Existe tanta falta de estratégias políticas antagonistas, que parece quase lógico refugiar-se no pessimismo. Acaba-se por concordar com a idéia de um sistema de poder que nos domina, muito forte e completo para poder ser transformado, a não ser por meio de uma subversão radical das organizações sociais: ou tudo ou nada, e então, nada! A frustração refugia-se consolatoriamente na pertença ideológica. Denunciar é sem dúvida correto, mas, ao enfatizar o seu alcance, corre-se o risco de gerar sentimentos de impotência. É, ao invés, um engano: cada injustiça não é nem mais nem menos que uma obra dos homens, é corrigível, não é obra de onipotentes forças maléficas: é qualquer coisa que está ao nosso alcance.

Em outros momentos constatamos como muitas vezes as nossas ilusões se rompem com a queda dos mitos. Os partidos, os homens políticos – se diz – são todos iguais; é inútil lutar; a que serve o nosso empenho? Alimenta-se assim um sentimento de vítima e nos deixamos levar pelo conformismo. Vem a tentação de abandonar tudo e dar as costas aos problemas. À parte disso, este comportamento é muito difundido, mesmo porque o alongamento generalizado da existência expõe o contexto social à “sabedoria” dos velhos. Pessoas já de certa idade continuam a ocupar lugares de poder, mas são tendencialmente conservadoras e geralmente se privam da benéfica veemência das paixões. Reforça-se assim a idéia de ficar alheio a qualquer acontecimento que não nos toque diretamente, que não envolva a nossa quotidianidade. Adiam-se as decisões para tempos indeterminados, se toca levemente o desejo de mudança, mas, a longo prazo, atua uma espécie de exorcismo das contradições e de litania de auto-comiseração.

Estes nossos dias, em síntese, são caracterizados por um forte condicionamento social e psicológico, por uma espécie de lavagem das consciências, que leva cada vez mais à instituição de um pensamento único,

ao reforçamento do *status quo* e à manipulação da nossa indignação, demonstrada então ineficaz.

Se analisarmos em particular a questão psiquiátrica, perceberemos que perduram situações escandalosas em relação à falta de aplicação da lei e à violação dos direitos elementares. Mas mesmo neste caso, a indignação é modesta. Chama atenção o comum comportamento dos profissionais da saúde mental. Quase sempre massacrados – mas, ainda bem, nem sempre – pela burocracia institucional, os profissionais da saúde mental não vêem ou fingem não ver os mecanismos mortificantes da psiquiatria, as constrictões físicas, os abusos farmacológicos. No fundo, os profissionais se sentem derrotados, renunciam à luta: suas indignações se transformam em lamentos, mal-estar, e não em projeto de transformação.

Existem duas chaves de leitura para entender esta derrota, além do que já foi exposto em geral. A primeira diz respeito a uma espécie de conflito de interesses: os psiquiatras – como se dizem – democráticos, os trabalhadores das cooperativas sociais, as associações de familiares estão envolvidos na gestão de uma organização que nasce da reforma e da desinstitucionalização.

A crítica e a denúncia dos processos decadentes – de outra parte fisiológicos – são minimizadas e subordinadas à vontade de não comprometer uma organização conseguida com tantas dificuldades. A constante ameaça de redução dos financiamentos leva à resignada assunção de mecanismos defensivos e minimalísticos, com o objetivo de não comprometer os interesses privados, e não colocar em risco o próprio cargo no trabalho. A indignação é deixada de lado, os propósitos de comprometimento são reenviados à futura memória.

Existe ainda uma outra explicação, também fruto da perda de consciência comunitária, típica de uma sociedade na qual estão cedendo os nós daquela rede que sustenta o viver comum, uma sociedade “líquida” – parafraseando Zygmunt Bauman. Os profissionais tendem cada vez mais a

dar importância à sua especialidade técnica, fechando-se em óticas privadas e corporativas. Na época das reformas, a crise do papel profissional encontrava alternativa na possibilidade de influenciar positivamente os processos de mudança, assumindo uma alta posição social, um papel político reconhecido: a crítica era gratificante. Os profissionais, juntamente com os pacientes e os cidadãos, se tornavam os “protagonistas” da transformação. Hoje isto não é mais possível e, na ausência desta alternativa, a indignação parece veleidade. A recuperação da dimensão individualista e a ênfase no papel técnico – admiravelmente descritos por Robert Castel em *Les métamorphoses de la question sociale* – comportam o risco de uma reassunção do encargo de controle social. Encargo constelado de segurança e de modestos privilégios, porque esta é a dimensão que a instituição reconhece e premia. Assim, os profissionais da saúde mental tornam-se cegos em relação ao poder da disciplina do qual falava Foucault, um poder que eles exercem acriticamente e do qual se tornam objetos e instrumentos.

Esta não é, portanto, uma sociedade que possa dar facilmente sentido e coerência à indignação, àquele vivo sentimento que se experimente quanto àquilo que se julga reprovável, injusto, não digno. A rebelião se torna difícil por causa de uma espécie de mitridatismo – uma aplicação contínua e em pequenas doses de veneno ideológico que, dia após dia, a sociedade de consumo consegue aplicar-nos através da televisão, dos jornais, dos comportamentos difundidos.

Naturalmente não espero uma indignação rancorosa, não espero a intransigência, o fácil moralismo e a condenação. Repudio a retórica e a ritualização que tornam pesada e fossilizam a crítica. Não creio no comportamento exibicionista dos censores. Penso em uma filosofia de vida menos imperativa e arrogante, menos conflituosa e frívola. Penso na capacidade de assumir cuidados com o outro e consigo mesmo, para melhor entrar em contacto com a necessidade inextinguível de continuar a enrubescer (indignando-se naturalmente) diante das maravilhas do mundo,

mesmo diante da sua dramática e assustadora natureza. Penso no pudor dos gestos, na discrição, na capacidade de convencer mais do que na capacidade de vencer...

O que fazer então ?

Difícil encontrar a resposta! Precisa-se naturalmente relançar o compromisso político, repensar os modelos dos serviços, desenvolver uma nova estratégia de trabalho social, mas precisa-se, sobretudo, dar espaço à dimensão ético-existencial, alimentando a indignação, fazendo-a crescer, defendendo-a e difundindo-a. Penso no valor da indignação encerrada no olhar inocente, olhar de quem é estranho a um processo, de quem não está acostumado. A qualidade de um serviço sócio-sanitário se mede naturalmente pelo quanto pesam, nas suas decisões, os *stakeholders*, as pessoas envolvidas no problema, os pacientes em primeiro lugar. Penso, ainda, no valor da presença de cidadãos voluntários ajudando nas questões sócio-assistenciais dos pacientes durante a internação involuntária no hospital geral, ou nos lares-abrigados, ou nos lugares de trabalho. Penso na necessidade de fazer com que cresça uma comunidade competente, uma comunidade que seja capaz de responder às necessidades de todos os seus membros e, sobretudo, daqueles mais frágeis, sem delegar a vida deles aos profissionais.

A indignação não é só um sentimento, é, sobretudo, vontade, determinação, coerência prática. A indignação põe em causa a ética da responsabilidade pessoal, a assunção kantiana de um dever ser para si, para melhor ser e fazer pelos outros. A razão, quando não é puro exercício de conhecimento, é a capacidade de determinar a vontade de agir, "visto que a lei moral, colocando-se em contraste com as resistências subjetivas, diminui a arrogância e até mesmo a cancela, ou seja, a humilha, e é objeto de nosso mais profundo respeito"².

A responsabilidade – diz Giovanni Berlinguer na *Ética da responsabilidade* – é um dever humano típico dos nossos tempos. De certo

modo recorda o ensinamento cristão “ama teu próximo como a ti mesmo” e um pouco também o ensinamento de Immanuel Kant. De fato, diz Kant: “Age de modo a tratar a humanidade, tanto na tua pessoa quanto na pessoa de outros, sempre contemporaneamente como fim, nunca simplesmente como meio”³. Estes princípios – acrescenta Berlinguer – são seguramente válidos ainda hoje. A diferença é que devemos refletir não mais em termos de “próximo” ou de ser humano singular, mas em termos do impacto que têm os conhecimentos e as aplicações da técnica no espaço e também no tempo próximos a nós.

Hans Jonas elabora um conceito de ética orientada para o futuro e insere a própria proposta em um projeto de salvaguarda do ser e da humanidade no universo ameaçado pela técnica. “Age – diz Jonas – de modo que as conseqüências da tua ação sejam compatíveis com a sobrevivência das gerações futuras”⁴.

Um comportamento responsável deve observar o quanto cada um de nós faz quotidianamente por aqueles que estão próximos de si e por si mesmo, seja no âmbito familiar ou no comunitário. E visto que vivemos em tempos de globalização, tudo aquilo que fazemos nestes âmbitos tem inevitavelmente repercussão sobre o planeta e sobre os outros seres humanos. Nós devemos nos sentir responsáveis por todos. Não no sentido de decidir pelos outros – não devemos nunca atribuir-nos o direito de estabelecer o modo de viver dos outros –, mas no sentido de que cada pequena ação nossa não aja contra o eco-sistema do planeta e contra quem se encontra em condições desfavoráveis.

Não gostaria de cair na banalidade e no moralismo, mas creio que a indignação só tem valor se nos obrigamos a uma contínua coerência no quotidiano; por exemplo, usando o mínimo a televisão e limitando o uso do nosso carro. A indignação tem valor somente se usamos a água com moderação – como aconselha o Dalai Lama –, se comemos pouca carne (para evitar o desflorestamento), se usamos produtos eco-solidários, se não

desperdiçamos os alimentos, se fazemos o recolhimento seletivo do lixo. Não só para respeitar a natureza, mas por evitar também as repercussões negativas sobre seres humanos daqueles mais frágeis... Sem dúvida, não espero alguma barbaridade por parte de um profissional da psiquiatria que não usa a água com moderação, mas sei com certeza o que esperar de quem a usa assim: responsabilidade e coerência! Qualidades morais que significam um poderoso antídoto contra a cegueira que atinge a quotidianidade do nosso trabalho.

Temos uma grande necessidade de coerência, especialmente nesta época de degradação moral; precisamos de gestos tópicos, de pequenos gestos revolucionários, para que a indignação possa verdadeiramente produzir a transformação.

“Duas coisas – diz Kant – preenchem a alma com sempre nova e crescente surpresa e veneração quanto mais freqüente e cuidadosamente se reflete sobre elas: o céu estrelado sobre mim, e a lei moral em mim. Estas duas coisas eu não posso procurá-las ou simplesmente imaginá-las como se estivessem escondidas na obscuridade ou no transcendente, fora do meu horizonte; eu as vejo diante de mim e as associo imediatamente com a consciência da minha existência. A primeira começa no lugar que ocupo no mundo sensível externo, e estende a conexão na qual me encontro ao infinito, com mundos sobre mundos e sistemas de sistemas, e ainda aos tempos ilimitados de seu movimento periódico, no seu início e na sua continuidade. A segunda começa com a minha invisível identidade, a personalidade, e me posiciona em um mundo que possui verdadeira infinidade, porém que só o intelecto pode perceber, e com o qual eu não me reconheço, como lá, em uma conexão puramente acidental, mas como aqui, em uma conexão necessária e universal”⁵.

Ernesto Venturini

ERNESTO VENTURINI é um psiquiatra, colaborador de Franco Basaglia no processo de desinstitucionalização na Itália, desde o princípio, em Gorizia e em Trieste. Contribuiu ativamente para o êxito da lei da reforma psiquiátrica na Itália. Foi diretor do Departamento de Saúde Mental em Imola e desempenhou papéis de responsabilidade na Saúde Pública na Região Emilia Romagna. É colaborador de Universidades italianas e internacionais e autor de alguns livros sobre psiquiatria e reforma psiquiátrica. Cooperou com a OMS (WHO) em alguns países da África. Como assessor da OPAS para a América Latina, acompanhou a reforma psiquiátrica brasileira desde 1992.

Referências Bibliográficas:

- Basaglia, F. *La distruzione dell'ospedale psichiatrico come luogo di istituzionalizzazione, Comunicazione al 1° Congresso Internazionale di Psichiatria Sociale, Londra, 1964*. In "Annali di Neurologia e Psichiatria", 49, 1, 1965.
- Bauman, Z. *Wasted lives. Modernity and its Outcasts*, Polity press, Cambridge, 2004.
- Bellow, S. Herzog, A. Mondadori, Milano, 1985.
- Berlinguer, G. *Bioetica quotidiana*, Giunti, Firenze, 2000.
- Castel, R. *Les métamorphoses de la question sociale*, Fayard, Paris, 1998.
- Foucault, M. *Il potere psichiatrico*. Corso al College de France(1973-1974), Lezione del 14 novembre 1973, Feltrinelli, Milano, 2004.
- Jonas, H. *Il principio di responsabilità*. Einaudi, Torino, 1990.
- Kant, I. *Critica della ragione pratica*, a cura di V. Mathieu , Bompiani, Milano, 2004.
- Kant, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Lisboa: Edições 70, 1991.
- Saramago, J. *Ensaio sobre a Cegueira*, Editorial Caminho, SARL, Lisboa, 1995.

¹ "I care!". Esta era a palavra de ordem dos estudantes de Berkeley nos idos de 1968.

² Kant, I. *Critica della ragione pratica*, p. 130.

³ Kant, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, p. 66-67.

⁴ Jonas,H. *Il principio di responsabilità*.

⁵ Kant, I. *Critica della ragione pratica*, p. 287-290.